

**“AINDA NÃO ESTIVE EM PARTE
ALGUMA MAIS VIOLENTO QUE AQUI.”
CONFLITOS, QUERELAS E
DESAVENÇAS NOS SERTÕES DO
MACACU- CAPITANIA DO RIO DE
JANEIRO, SÉCULO XVIII**

***“I STILL WAS NOT STILL MORE VIOLENT THAN HERE.”
CONFLICTS, CHERRIES AND DISADVANTAGES IN THE RIVER
MACAU CAPITANIA, 18TH CENTURY***

Vinicius Maia Cardoso ¹
Universidade Salgado Oliveira (Brasil)

DOI: <https://doi.org/10.17533/udea.tempus.n10a05>

Cómo citar este artículo en Chicago Manual of Style: Maia Cardoso, Vinicius. “Ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui.” Conflitos, querelas e desavenças nos sertões do Macacu- Capitania do Rio de Janeiro, século XVIII”. *Tempus Revista en Historia General* no. 10 (2019):1-30.

Artículo recibido el 1 de septiembre y aprobado para su publicación el 19 de octubre de 2019.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, da Universidade Salgado Oliveira – Campus Niterói – Estado do Rio de Janeiro (Brasil). Correo electrónico: maia-vinicius@hotmail.com

Resumo

O objetivo do presente artigo é analisar um conjunto de conflitos ocorridos no interior dos Sertões do Macacu, na capitania do Rio de Janeiro – Brasil, na segunda metade do século XVIII. Conflitos esses resultantes de complexas relações envolvendo agentes históricos de distintos estratos sociais, através de suas próprias intenções e interesses, tendo como fio condutor o conceito de economia moral, na busca de compreender espaços políticos de negociação entre esses agentes sociais e as autoridades coloniais.

Palavras-chave: Sertões do Macacu; conflitos; Capitania do Rio de Janeiro; Século XVIII.

Abstract

The aim of this paper is to analyze a set of conflicts that occurred in the interior of the Sertões do Macacu, in the captaincy of Rio de Janeiro - Brazil, in the second half of the eighteenth century. These conflicts result from complex relations involving historical agents of different social strata, through their own intentions and interests, having as their guiding principle the concept of moral economy, seeking to understand political spaces of negotiation between these social agents and the colonial authorities.

Key Words: Sertões do Macacu; conflicts; Captaincy of Rio de Janeiro; 18th Century.

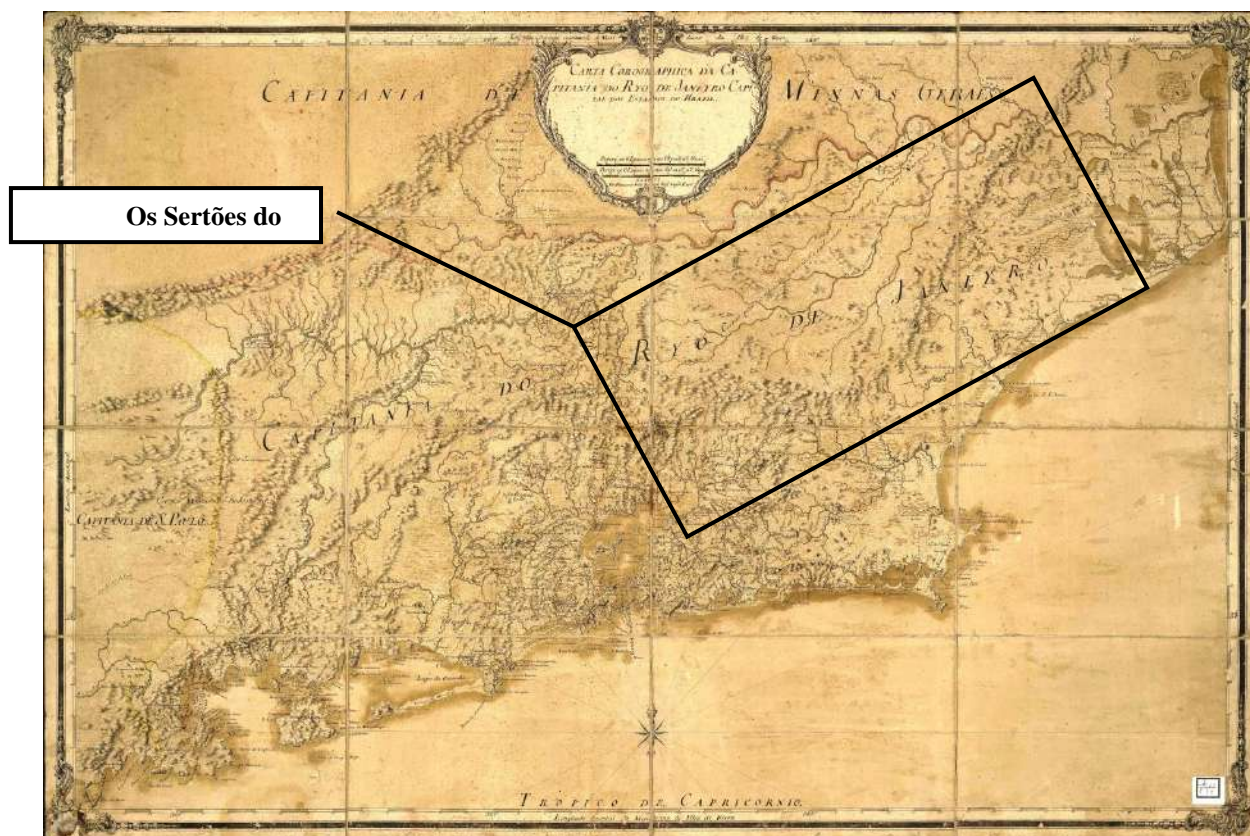
1. Introdução

Os Sertões do Macacu se constituíram, na segunda metade do século XVIII, como área de exploração aurífera tardia na capitania do Rio de Janeiro, no Brasil. O seu território era limitado a Sul pelo rio Macacu, a Norte pelo rio Paraíba do Sul, na fronteira com a capitania de Minas Gerais; a Oeste pela freguesia de Inhomirim (Magé) e a Leste, por Campos dos Goytacazes e Macaé. Uma extensa região, que hoje abrangeria territórios de municípios componentes da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro denominados Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes, com área estimada em 7.634 km².² Abaixo, no Mapa 1, produzido por Francisco João Roscio em 1777, é possível se observar a área que correspondia aos Sertões do Macacu.

²Lista dos municípios do Rio de Janeiro por área. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Rio_de_Janeiro_por_%C3%A1rea. Acesso em: 09 de junho de 2019.

“Ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui”

Mapa 1. Os Sertões do Macacu - 1777



Fonte: ROSCIO, Francisco João. Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos estados do Brasil. [S.l.: s.n.], 1777. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 58 x 94,5cm em f. 60 x 96,5. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart534317.htm>. Acesso em: 16 jul. 2019.

O mapa de Roscio traz inscrita, nos Sertões do Macacu, a legenda “*Certão pouco conhecido, montuozo e emboscado e ocupado por varias Nasçoens de Indios Salvages*”.³ Segundo Rafael Bluteau (1728), sertão (certam) se define como “Região, apartada do mar, e por todas as partes, metida entre terras”.⁴ Para Antônio Moraes Silva (1789) sertão é “o interior, o coração das terras, opõe-se ao marítimo, e costa (...) o

³ Francisco João Roscio. Carta corographica da capitania do Ryo de Janeyro, capital dos estados do Brasil. [S.l.: s.n.], 1777. 1 mapa ms., desenho a nanquim, 58 x 94,5cm em f. 60 x 96,5. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart534317.htm>. Acesso em: 16 jul. 2019.

⁴ Rafael Bluteau, padre. Vocabulário Portuguez & Latino. Volume 7, 1728, p.613. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/sert%C3%A3o>> Acesso em 29.05.2016.

Vinicius Maia Cardoso

sertão toma-se por mato longe da costa.”⁵ Essas características aparecem na historiografia para regiões de sertão. Segundo Marcia Amantino, “o que se percebe nas definições para o termo sertão é que em todas, ainda que haja entre elas um distanciamento no tempo, aparece muito claramente a oposição entre costa e interior, assim como povoado e despovoado.”⁶ Esta complementa que haveria “uma área povoada, civilizada e controlada contrária a uma outra, selvagem, bárbara e despovoada de cristãos – uma preocupação também para os religiosos que, em diversos momentos, para cá vieram com o objetivo de catequizar os habitantes do Brasil.”⁷ Portanto, o conceito de sertão apreendido se delimita a que...

(...) no âmbito da historiografia colonial brasileira, os sertões eram regiões que ainda não haviam passado por processos civilizatórios, ou seja, eram ainda habitadas e controladas por grupos que não estavam subjugados pelo poder oficial. No decorrer de todo o período colonial, essas imagens praticamente não sofreram mudanças. (...) manteve-se como uma região perigosa, mas cada vez que a colonização precisava avançar rumo ao interior, novas áreas eram requisitadas e novas necessidades se impunham aos colonos. Controlá-la passou a ser condição importante para a viabilização econômica da colônia. Desta maneira, o sertão no século XVIII tornava-se uma região essencial ao projeto de civilização pensado para o Brasil.⁸

Espaço distante do litoral, “despovoado”, que se precisaria conquistar, fronteira de limites indefinidos que despertava cobiça, medo, insegurança, “o interior desconhecido, selvagem e mítico da colônia.”⁹ Adotando portanto, a visão atual da historiografia, os Sertões não eram espaços “desertos”, mas povoados por índios “mansos” e os ainda não assimilados e uma série de outros agentes sociais. Parafraseando Amantino, um “mundo das feras”. Feras humanas, as quais se buscava

⁵ Antônio de Moraes Silva. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Volume 2, 1789, p.693. Disponível em <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/sert%C3%A3o>> Acesso em 29.05.2016.

⁶ Marcia Sueli Amantino, *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVIII*. (São Paulo: Annablume, 2008), 37-38.

⁷ Amantino, *O mundo das feras*, 37-38.

⁸ Amantino, *O mundo das feras*, 37-38.

⁹ Cláudia Damasceno Fonseca. *Arraiais e Vilas D’El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. (Belo Horizonte: UFMG, 2011), 51.

constantemente domesticar ou ao menos, controlar. No que se refere ao conceito de economia, o mesmo orbita em torno de sua estruturação no interior da monarquia pluricontinental lusa em quadros da sociedade de Antigo Regime.¹⁰

A respeito da temática referente à mesa de comunicações para a qual se direcionou o presente artigo, a das relações sociais entre agentes históricos presentes nos Sertões do Macacu tendo como ponto de partida o conceito de “economia moral da multidão” de Edward Pritchard Thompson (1998), este autor teve como objeto de análise os movimentos de camponeses na Inglaterra na segunda metade do século XVIII. Em seu trabalho, Thompson se referiu a aspectos voltados para a presença de uma “cultura política, as expectativas, as tradições e até as superstições dos trabalhadores que com mais frequência se envolviam nas ações no mercado; as relações – às vezes negociações – entre a multidão e os governantes.”¹¹ De uma forma mais completa, Thompson assim definiu seu método de análise:

reconstruir o modelo paternalista do mercado de alimentos, dotado de expressão institucional protetora e de rotinas de emergência em tempos de escassez, que derivava em parte das antigas políticas de abastecimento e regulação do mercado da época eduardiana e dos Tudor; contrastar esse modelo com a nova política econômica do livre mercado de grãos, associada acima de tudo com A riqueza das nações; e mostrar como, em tempos de preços elevados e de penúria, a multidão podia, com uma vigorosa ação direta, impor ao mercado um controle protetor e a regulação dos preços, reivindicando às vezes uma legitimidade derivada do modelo paternalista.¹²

Contudo, em meu artigo, buscarei, com referencia em parte da contribuição “thompsoniana” e dado o espaço disponível no mesmo, “compreender espaços políticos em que determinados segmentos sociais puderam agir e negociar entre si e com as autoridades.”¹³ Neste sentido é que busco trazer à luz relações sociais conflituosas vividas entre agentes sociais no interior dos Sertões do Macacu ou no seu entorno onde,

¹⁰ João Fragoso; Roberto Guedes e Thiago Krause. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna. Monarquia pluricontinental e Antigo Regime*. (Rio de Janeiro: FGV, 2011), 119-120.

¹¹ Edward Pritchard Thompson. *Costumes em comum*. (São Paulo: Companhia das Letras, 1998), 204.

¹² Thompson, *Costumes em comum*, 204.

¹³ Thompson, *Costumes em comum*, 204.

Vinicius Maia Cardoso

em processos de “negociação”, se buscaram evitar que rebeliões ocorressem. Relações estas, de poder e de caráter econômico, vividas vale frisar, através de negociações e mediações de conflitos. A minha perspectiva é a de apresentar, através do uso das fontes, campos de negociações visando a contenção de possíveis revoltas e a mediação de conflitos no interior dos Sertões do Macacu. Rememorando Thompson, “compreender o espaço “político” em que a multidão podia agir e negociar com as autoridades...”¹⁴ E não apenas com elas, as autoridades, mas também as relações entre outros atores sociais presentes no interior desses Sertões. No contexto da sua ocupação, vários atores sociais distintos estiveram presentes: indígenas, escravos negros, tropeiros, militares, mulheres etc. Como método e face o espaço disponível, dentre os vários conflitos percebidos nas fontes envolvendo vários agentes sociais, comentarei apenas um deles, ocorrido entre militares. O caso escolhido, vale frisar, terá uma apresentação de caráter superficial, já que as fontes sempre demonstram a formação de complexas redes de relacionamentos à medida que um dado caso é analisado em maior profundidade, o que, reitero, não será possível se fazer face o espaço disponível. Um maior entrelaçamento não seria possível de se apresentar aqui em todos os seus desdobramentos.

2. Contextualizando

A exploração dos Sertões do Macacu se insere no contexto da transferência da capital da colônia de Salvador, na Bahia, para o Rio de Janeiro:

El inicio del siglo XVIII y el reinado de don Juan V trajeron consigo importantes cambios en el modo de gobernar la monarquía y su imperio ultramarino, algunos de ellos relacionados con las propias transformaciones que habiam tenido lugar en ultramar y, más concretamente, em América, como el descubrimiento de oro em las extensas regiones del interior abiertas por los paulistas. El avance de la colonización portuguesa hacia el interior provoco la creación de nuevas capitánias, como Minas Gerais, Mato Grosso y Goiás, y el nombramiento de

¹⁴ Thompson, *Costumes em comum*, 204.

“Ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui”

governadores y capitanes generales para sus respectivos gobiernos. Em 1763, la capital del Estado de Brasil fue transferida de Bahía a Río de Janeiro. Por su posición estratégica, esa ciudad adquirió gran importância debido a su función de puerto de las minas y a su jurisdicción sobre las capitanías del sur, Santa Catarina y Rio Grande de São Pedro, ubicadas em territórios em litigio entre portugueses y españoles desde la fundación de la Colonia de Sacramento (1680) hasta el tratado de San Ildefonso.¹⁵

A ação do Estado sobre a região dos Sertões do Macacu possui uma narrativa bem pitoresca em seu início: devido a notícias veiculadas por um índio que trouxera amostras de ouro colhidas no sertão, a um tal Maurício José Portugal, “morador nas Cachoeiras de Macacu, pediu este licença ao governador interino do Rio de Janeiro no ano de 1763¹⁶, depois do falecimento do conde de Bobadela [Gomes freire de Andrade], para ir fazer um Descobrimento nos referidos Sertões...”¹⁷ Bicalho contextualiza essa situação:

El 16 de abril de 1761, una carta regia ordenaba a Gomes Freire de Andrade, gobernador y capitán general de Río de Janeiro (1733-1763), de Minas Gerais y de las capitanias del sur (Santa Catarina y Rio Grande de São Pedro), que es trasladase a Bahía y tomase posesión del gobierno del Estado de Brasil. Gomes fReire replicó a esta decisión, pues ocnsideraba que Río de Janeiro era “manantial de que depende y se fortalece la conservación delk reino uy de las conquistas” y permaneció allí hasta que murió em los primeiros dias de 1763. Em 11 de mayo de 1763, una nueva carta regia nombrava virrey del Estado de

¹⁵ Maria Fernanda Bicalho. Gobernadores y virreyes en el Estado de Brasil: ¿Dibujo de una Corte virreinal? In; Pedro Cardim; Joan-Luis Palos (eds). *El mundo de los virreyes en las monarquias de España y Portugal*. (Madrid: Iberoamericana, 2012), 401-402

¹⁶ Ano em que ocorreu a transferência da capital da Colônia, de Salvador, na Bahia, para a cidade do Rio de Janeiro.

¹⁷ 1785, Janeiro 8, [Lisboa]. Ofício (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, ao [vice rei do Estado do Brasil] Luís de Vasconcelos Sousa, ordenando que prenda os contrabandistas e extraviadores, cujo o líder é Manoel Henriques, conhecido pela alcunha de mão de luva, que estão contrabandeando o ouro descoberto nos Sertões do Macacu; que as terras dessa região sejam divididas entre os honestos vassallos; que envie as tropas para ocupar e guarnecer os postos e passagens da cachoeira de Macacu e as principais entradas e distritos de Cabo Frio e dos Campos dos Goitacazes, procedendo a um minucioso exame dos sítios e lugares onde os referidos contrabandistas possuíam seus abrigos, lavras de ouro e roças, fazendo uma carta topográfica com toda a brevidade que puder. AHU-Rio de Janeiro, cx. 135, docs. 8, 4, 5. AHU_ACL_CU_017, Cx. 125, D. 10012.

Vinicius Maia Cardoso

Brasil al conde da Cunha y le ordenaba que se trasladase a residir em la ciudad de Río de Janeiro.¹⁸

A junta do governo interino da recente capital da Colônia, na cidade do Rio de Janeiro, constituída após a morte do conde de Bobadela (Gomes Freire de Andrade), havia autorizado Maurício José Portugal a minerar nos Sertões do Macacu. Com a chegada, também em 1763, do primeiro vice-rei do Brasil, o conde da Cunha, este informou o ocorrido a Lisboa. Após o comunicado do conde da Cunha sobre a autorização dada a José Maurício Portugal para que minerasse nos descobrimentos de Macacu, respondeu o secretário da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em carta de janeiro de 1765:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor. Foi presente a Sua Majestade, a Carta de V. Excia. que trouxe a data de vinte e seis de Dezembro de mil sete centos e sessenta e três, sobre o Descobrimento do ouro que alguns moradores da Vila de Santo Antônio de Macacu, haviam feito no sítio da Serra dos Órgãos, com permissão do Intendente Geral dessa Capitania sem que este a participasse a V. Excia. O mesmo Senhor foi servido determinar a V. Excia faça vedar este Descobrimento com toda força, e o mande vigiar por Ministros e Oficiais Militares, que todos devem informar a V. Excelência para que não haja alguma contravenção nesta Ordem. Porquanto sua Majestade proíbe com a mais positiva defesa, que se trate de tal Descobrimento ordenando que muito pelo contrário, se extingam até as memórias do que se intentou aplicando-se a isso todos os meios praticáveis. Ao sobredito Intendente Geral do Ouro dessa Capitania manda o mesmo Senhor estranhar muito severamente haver tomado uma semelhante resolução mandando fazer um Descobrimento tão contrário as Reais Intenções e Resoluções de Sua Majestade sem ordem que o legitimasse e sem participar a V. Excia. o que obrou ao dito respeito. (...) Salvaterra de Magos, trinta e um de Janeiro de mil sete centos e sessenta e cinco. Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Senhor Conde da Cunha.¹⁹

¹⁸ Bicalho, *El mundo de los virreyes en las monarquias de España y Portugal*, 404.

¹⁹ Cópia da Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Vice Rei Conde da Cunha. Rio de Janeiro. 6 de julho de 1781. Documento N° 2. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 26, 130)

“Ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui”

Neste sentido, “se lhe expediram Ordens as mais positivas, e expressivas, em 31 de Janeiro de 1765 para proibir o mencionado Descobrimento, e vedar de sorte aqueles lugares, que não ficasse nem Memória de que ele se houvesse intentado.”²⁰ No cumprimento da ordem real, o conde da Cunha mandou arrasar as fazendas situadas na entrada da serra dos Órgãos, as quais foram demolidas e os ocupantes obrigados a se retirar. Entretanto, a proibição de entrada e a demolição das fazendas excitou ainda mais a cobiça de exploradores, proporcionando, pela própria incapacidade de controle de tão vasto território, que os extraviadores de ouro se tornassem “senhores daquele importante Domínio; eles se terão procurado diferentes e multiplicadas saídas, e comunicações, além das já conhecidas...”²¹ A impraticável tarefa de vedar completamente a entrada de contrabandistas e extraviadores no perímetro dos Sertões do Macacu é assumida em uma carta encaminhada ao então vice-rei do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa (1779-1790), em 1785:

(...)e quando se lhes vedarem estas comunicações irão buscar outras das muitas que terão feito e descoberto, e que poderão fazer, e descobrir naquele dilatado Sertão, sendo absolutamente inútil e impraticável, como V. Excia bem adverte, a ideia de os obrigar a sair dele; por meio de Guardas e Registros nas extremidades; as quais por conta da grande extensão delas de nenhuma sorte se lhes podem vedar.²²

²⁰ 1785, Janeiro 8, [Lisboa]. Ofício (minuta) do [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro, ao [vice rei do Estado do Brasil] Luís de Vasconcelos Sousa, ordenando que prenda os contrabandistas e extraviadores, cujo o líder é Manoel Henriques, conhecido pela alcunha de mão de luva, que estão contrabandeando o ouro descoberto nos Sertões do Macacu; que as terras dessa região sejam divididas entre os honestos vassallos; que envie as tropas para ocupar e guarnecer os postos e passagens da cachoeira de Macacu e as principais entradas e distritos de Cabo Frio e dos Campos dos Goitacazes, procedendo a um minucioso exame dos sítios e lugares onde os referidos contrabandistas possuíam seus abrigos, lavras de ouro e roças, fazendo uma carta topográfica com toda a brevidade que puder. AHU-Rio de Janeiro, cx. 135, docs. 8, 4, 5. AHU_ACL_CU_017, Cx. 125, D. 10012

²¹ Carta que veio da Corte dirigida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Vice Rei deste Estado a respeito das Novas Minas de Macacu. 08 de janeiro de 1785. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 113, 127)

²² Carta que veio da Corte dirigida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Vice Rei deste Estado a respeito das Novas Minas de Macacu. 08 de janeiro de 1785. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de

Vinicius Maia Cardoso

Se antes se procurou, sem sucesso, fechar os Sertões do Macacu a invasores, agora se buscaria sua efetiva ocupação, controle e repovoamento de sua área. Um Bando expedido pelo vice-rei Luís de Vasconcelos autorizou a ocupação de terras nos Sertões, realizada através da devolução das terras aos antigos proprietários expulsos pelo conde da Cunha, a seus herdeiros ou através de concessões a novos solicitantes. Um exemplo que ilustra essa ação é, entre outros, o pedido de terras feito por Francisco Manoel Vaz. Escreveu ele que

(...)em virtude do Bando que V. Excia. mandou publicar para se franquearem e repartirem as terras do Sertão e Cachoeiras de Macacu que se acham devolutas, pretende o Suplicante que V. Excia. lhe conceda por Sesmaria uma légua de terra em quadra no caminho que se abriu para o mesmo Sertão e novas Minas...²³

Percebera a Coroa portuguesa, segundo a “Carta que veio da Corte dirigida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Vice Rei deste Estado a respeito das Novas Minas de Macacu. 08 de janeiro de 1785”, que ocupar e repovoar os Sertões seriam “os únicos meios que nos restam para salvar esta importante porção da América Portuguesa, e de nociva e péssima que presentemente está sendo, faze-la útil e proveitosa aos leais Vassallos de Sua Majestade, e as interesses de sua Coroa...”²⁴ Em relação a todo este contexto, da exploração do ouro nos Sertões do Macacu, a historiografia sobre esses sertões para o século XVIII em boa parte voltou-se para análises e narrativas centradas nessa exploração e nas ações do Estado para a repressão ao contrabando. A figura de maior destaque dentre esses exploradores é Manoel Henriques, o chamado “Mão de Luva”,

Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 113, 127)

²³ Requerimento de Francisco Manuel Vaz; Sesmaria; Cachoeiras de Macacu - Santo Antônio de Sá – RJ. 1787. BR RJANRIO BI.0.R15.2582 - Dossiê. Arquivo Nacional. Disponível em: http://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1309807&v_aba=1. Acesso em 26.05.2019.

²⁴ Carta que veio da Corte dirigida ao Ilmo. e Exmo. Sr. Vice Rei deste Estado a respeito das Novas Minas de Macacu. 08 de janeiro de 1785. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (01, 113, 127)

que se tornou centro dessas narrativas.²⁵ Segundo Sebastião Antônio Bastos de Carvalho (2013), a tradição de Manuel Henriques e seu bando como centro da história dos Sertões do Macacu gerou várias versões sobre essa “personagem estereotipada pela tradição oral e escrita”. A ele se atribuíram perfis de bandeirante, bandido, desbravador, amigo ou inimigo das autoridades, bom cristão nessa ou aquela versão, numa trajetória épica e que se encerra em sua prisão.

Contudo, o acesso a um novo conjunto de fontes, a “Correspondência e documentos relativos às Novas Minas de Macacu do Rio de Janeiro”,²⁶ constituída por cópias de 693 documentos que integram suas 1.338 páginas, trouxe novas perspectivas de análise, que ultrapassam a ação do Estado luso unicamente centrada na repressão de contrabandistas de ouro e o controle do fisco, como as que oportunamente se fará no presente artigo. Essa documentação, datada entre os anos 1786 e 1790, é integrada por cartas e outros documentos associados a vice-reis do Estado do Brasil, superintendentes dos Sertões, capitães-mores, à Câmara Municipal da vila de Macacu, a comandantes de

²⁵ Para referencias a Mão de Luva, ver: José Antônio Soares de Souza. “As minas do sertão de Macacu”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, nº 326 (1980); Acácio Ferreira Dias. *Terra de Cantagalo. Subsídio para a história do município de Cantagalo*. Vol. II. 2ª ed. (Niterói: 1981); Acácio Ferreira Dias. *Terra de Cantagalo* (Niterói: 1942); Sebastião Antônio Bastos de Carvalho. *A Odisseia de Mão de Luva na Região Serrana Fluminense*. [1991] 2ª ed.. (Nova Friburgo: Centro de Estudos e Pesquisas Euclides da Cunha – CEPEC, 2013) (Há uma edição para 2015); Clélio Erthal. *Cantagalo, Da miragem do ouro ao esplendor do café* (Niterói: Erthal, 1992) (Há uma 2ª edição pela Nitpress, em Niterói, para 2008); Jorge Miguel Mayer. “Mão de Luva: História e Lenda”, *Revista Têxtil* 6 (2015-2016); Célia Nonata da Silva. *Territórios de mando: banditismo em Minas Gerais, século XVIII* (Belo Horizonte: Crisálida, 2007); Carla Maria Junho Anastasia, *A geografia do crime. Violência nas Minas Setecentistas* Belo Horizonte: UFMG, 2005); Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira. “Mão de Luva” e “Montanha”: *bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII (Matas Gerais da Mantiqueira: 1755 - 1786)*. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2008; Érika Mendonça Peixoto. *Santa Clara do Macuco e a metamorfose do trabalho (1850-1888)*. Dissertação de mestrado (Niterói: Universo, 2013); Vanessa Cristina Melnixenco. *Friburgo & Filhos: tradições do passado e invenções do futuro (1840-1888)*. Dissertação de Mestrado (Rio de Janeiro: Unirio, 2014); Mauro Leão Gomes, *Ouro, posseiros e fazendas de café. A ocupação e a degradação ambiental da região das Minas do Canta Gallo na Província do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2004; Sheila de Castro Faria. *Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX)*. Estudos de Cultura Material. Dossiê. Anais do Museu Paulista. Vol. 26 (2018): 1-24.

²⁶ Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790”. Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vol. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil.

pousos, registros e guardas nos Sertões, a militares, comerciantes, tropeiros, oficiais de ofício, clérigos, médicos, cirurgiões etc. Apresenta também relações de gêneros adquiridos pelo Erário Público, compras de animais, listas de cativos e índios da Fazenda de Santa Cruz e do aldeamento de São Barnabé, planos de construção, relatos de incursões, descrições do ambiente, mapas estatísticos, certidões de rendimentos e despesas, descrições de sítios, roteiros, instruções, diários, planos geográficos e outros tantos assuntos. O vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa (1779 – 1790), portanto, teve sua administração do Estado do Brasil em estreita ligação com a produção dessas fontes.

3. Tropas militares coloniais: um exército de conscritos

A ocupação dos Sertões do Macacu se deu através da ação de tropas militares. Contudo, esses conflitos não se limitaram apenas ao específico exercício da atividade militar, havendo, por exemplo, desdobramentos no campo da produção econômica e o envolvimento de outros agentes sociais não militares. Para um melhor entendimento desses conflitos, dois aspectos iniciais precisam ser inicialmente apresentados: a estrutura básica das tropas coloniais brasileiras no século XVIII e a sua composição social. Segundo José Eudes Arrais Barroso Gomes, a composição das tropas militares na América portuguesa era integrada por três grupos: “as tropas de primeira linha, também chamadas na documentação da época de “tropas pagas”, “tropas regulares” ou simplesmente tropas de linha”, eram as únicas profissionais, permanentes e pagas.”²⁷ Por sua vez, “a soldadesca das tropas de linha era complementada através de recrutamentos forçados que, segundo Caio Prado Jr. consistiam no “maior espantelho da população”²⁸, cujos principais alvos eram os “criminosos, vadios e outros elementos incômodos”, dentre os quais se contavam degredados, ciganos, criminosos, homens

²⁷ José Eudes Arrais Barroso Gomes, *As milícias D'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Dissertação de mestrado (Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 2009), 84-85.

²⁸ Gomes, *As milícias D'El Rey*, 84-85.

“Ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui”

livres pobres e mestiços.”²⁹ As milícias ou tropas auxiliares³⁰ somavam-se aos corpos de ordenanças, sendo estes “forças de caráter estritamente local, formadas por todos os homens não engajados nas outras duas linhas (...).³¹ Essas tropas eram “formadas entre os próprios moradores dos lugares, não pagas, que deveriam armar-se e fardar-se às suas próprias expensas.”³²

Essa composição das tropas foi motivadora de conflitos pelas distinções sociais e de prestígio, pelo fato destas serem formadas por homens obrigados, muitas vezes pelo uso de força, a servirem ao rei em guerras, em inóspitos sertões e por serem homens pertencentes a estratos sociais dos mais baixos da sociedade colonial, mesmo fossem homens livres. Obrigar os homens ao serviço militar significava retirá-los de suas cotidianas atividades como cabeças de casal e trabalhadores em atividades urbanas ou rurais. Implicava uso das próprias ferramentas de trabalho (enxadas, foices, machados) caso utilizados para serviços como abrir estradas. Misturavam-se nos serviços homens das tropas pagas e auxiliares e nos Sertões do Macacu outra situação se reproduzia referente a essa situação.

Segundo ainda José Eudes Gomes, “em todas as capitânicas, sem exceção, observa-se que os contingentes de praças auxiliares formados nas localidades pela própria população dos lugares era muitas vezes superior ao número de praças pagas.”³³ Nos Sertões do Macacu essa característica se manteve, como mostram os mapas de destacamentos de tropas encaminhados ao vice-rei dando conta desses contingentes presentes no interior dos sertões:

²⁹ Gomes, *As milícias D’El Rey*, 84-85.

³⁰ O comandante dessas tropas locais era o “mestre de campo”, posto inexistente nos corpos de ordenanças. Cf. Gomes, *As milícias D’El Rey*, 90.

³¹ Gomes, *As milícias D’El Rey*, 84-85.

³² Gomes, *As milícias D’El Rey*, 84-85.

³³ Gomes, *As milícias D’El Rey*, 84-85.

TABELA 1. Número de praças das Tropas Pagas e Auxiliares nos Sertões do Macacu³⁴

Local	Data	Tropas Pagas	Tropas Auxiliares	Diferença
Registro da Fazenda do Cônego	02.07.1786	74	97	23
Registro do Alto da Serra	22.07.1786	08	12	04
Sertões do Macacu (no todo)	01.05.1787	68	101	33
Sertões do Macacu (no todo)	09.09.1787	49	105	56
Sertões do Macacu (no todo)	19.01.1788	68	105	33

Já dentro da metodologia proposta para a mesa, ou seja, a seleção de um caso acerca de conflitos no interior dos Sertões do Macacu, o escolhido se relaciona a uma das cartas que integra o conjunto de fontes da “Correspondência e documentos relativos às Novas Minas de Macacu do Rio de Janeiro.”³⁵ O documento foi escrito no Arraial de Cantagalo, ponto extremo da ocupação dos Sertões do Macacu, pelo tenente-coronel Manoel Soares Coimbra, então comandante das tropas militares nessa região, em 28 de dezembro de 1786.³⁶ O destinatário era Camilo Maria Tonelet,³⁷ oficial de alta patente

³⁴ Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vol. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021.

³⁵ Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790”. Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vols. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil.

³⁶ Carta do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao Ajudante de Ordens Camilo Maria Tonelet. Cantagalo. 28 de dezembro de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790”. Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vols. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. (Ref. 01, 109, 122).

“Ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui”

da tropa paga e ajudante de ordens do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Nessa extensa carta, Soares Coimbra tece uma série de lamentações a Tonelet, na cidade do Rio de Janeiro, defendendo-se de acusações que lhe foram dirigidas a respeito de sua administração dos Sertões do Macacu. Salvo expressa indicação, as citações no corpo do texto daqui por diante se referem a esse documento.

4. “Ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui”

O tenente- coronel Manoel Soares Coimbra iniciou sua carta: “Sr. Camilo Maria Tonelet. Meu amigo e Sr. do meu maior afeto”. No encerramento escreveu:

Desculpe meu amigo do meu Coração a minha impertinente Carta, pois como vivo em uma profunda melancolia e conheço que a V. M. [Vossa Mercê] devo, e sempre devi, um particular afeto e tanto quanto foi e é o com que sempre me tratou e trata abonando-me quis aliviar parte do desgosto em que atualmente vivo. Deus Guarde a V. M. muitos anos. Canta Galo em 28 de Dezembro de 1768. De V. M. Amigo, muito amante saudoso e obrigadíssimo. Manoel Soares Coimbra.³⁸

Segundo Adriana Angelita da Conceição,

A época moderna expressou os sentimentos de maneira respeitosa e rígida, marcando e diferenciando os indivíduos. Na carta se expressava o respeito, e, incansavelmente os manuais epistolares modernos enfatizaram a importância de salientar as distinções entre superior e inferior. (...) O modo respeitoso de se

³⁷ Camilo Maria Tonelet é mencionado, dentre outros trabalhos, na tese de doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, para o ano de 2017, de Margareth Abreu Rosa “Inquisição Moderna: os tormentos como meio de prova nos autos de devassa da Inconfidência Mineira”. Tonelet havia sido ordenado a atuar através do fornecimento da tropa militar que fosse necessária. Possuía o apelido de “O Olho de Vidro”. Disponível em http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-ASNHRK/tese.revisada.margareth.oficial.1.ref.defesa_margareth.pdf?sequence=1 Acesso em 16 jul 2019.

³⁸ Carta do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao Ajudante de Ordens Camilo Maria Tonelet. Canta Galo. 28 de dezembro de 1766. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790.” Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vol. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. (Ref. 01, 109, 122).

Vinicius Maia Cardoso

expressar as emoções na idade moderna, identificado ao jeito cortesão de ser, suprimia a exageração de sentimentos, pois era preciso contê-los.³⁹

A correta cortesia de Soares Coimbra apresentava, por sua vez, uma estratégia. No interior dos Sertões do Macacu, distante muitas léguas do Rio de Janeiro, buscava na verdade, através do ajudante de ordens, fazer chegar suas queixas – e seus argumentos - aos ouvidos do vice-rei: “Bem certo vivo eu na sua amizade, motivo porque não quis V.M. por semelhante capítulo na presença de V. Excia. de que lhe vivo mil vezes obrigado, e se suceder em alguma ocasião o mesmo Excelentíssimo vir a saber que este lugar se faz horroroso...” Coimbra não poupou o uso de suas relações de compadrio com Tonelet para obter a defesa por parte de seu interlocutor. Após comunicar que recebera do ajudante de ordens uma carta anterior, de 20 de dezembro, agradeceu por ter nela sido informado do fato de “me querer honrar procurando aparentar-se comigo pelo meio do Batismo do filho que espero ter, como por dirigir-me para o acerto das minhas disposições nesta diligência...”.⁴⁰

Em trechos de sua carta Soares Coimbra comenta do clima de violência nos Sertões: “V. M. verá da cópia dos Capítulos de duas cartas que o Capitão mor me escreveu dando-me parte das violências que se faziam no terço de Tapacorá e afirmo a V. M. que aqui não se tem dado pancadas em Auxiliar algum...” E ainda: “Deus o livre, meu amigo de ser encarregado de diligências semelhantes...” E o argumento que serviu de título a este trabalho:

Afirmo a V. M. que ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui, e trocaria de boa vontade este lugar pelo mais arriscado em que esperasse o

³⁹ Adriana Angelita da Conceição, *Sentir, escrever e governar. A prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º marques do Lavradio (1768 – 1779)*. Tese de doutorado. (São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2011), 75.

⁴⁰ Carta do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao Ajudante de Ordens Camilo Maria Tonelet. Carta Galo. 28 de dezembro de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790.” Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vol. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. (Ref. 01, 109, 122).

“Ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui”

inimigo, pois aqui nem interesses de haveres, nem aumento de postos me suavizaria o desgosto em que vivo e viverei até que Deus Senhor Nosso queira que isto tenha fim aplicando todas as minhas fracas orações a esse fim.⁴¹

5. Recrutamento forçado, corrupção e ganância

De maneira geral, os conflitos já iniciavam – inclusive nos Sertões do Macacu - com as fortes resistências a prestar o serviço militar obrigatório pago ou gratuito. Cristiane Figueiredo Pagano de Mello listou alguns dos motivos para essas rejeições. Além da violência usada para recrutamento, “a falta de assistência pontual do soldo e pão prometidos, o mau tratamento recebido de seus governantes, o apego ao espaço original de socialização, isto é, a saudade da terra e dos parentes, bem como, e não menos relevante, o medo da guerra.”⁴²

O tenente-coronel Soares Coimbra comentou em seus argumentos que sua missão [diligência] de administrar os Sertões do Macacu era agravada por problemas no recrutamento, já que “vinha a violentar os povos vizinhos tirando-os do seu sossego fazendo-os trabalhar e obrando com eles o mais que as ocasiões o permitem, infalivelmente houvera adquirir um nome mau qual sempre evitei ter...” Que povos seriam esses? Coimbra revela que para seu alegado mau nome “concorrem também na maior parte os Oficiais dos Auxiliares”. Essas forças militares eram formadas por “dois Terços que dão para os Destacamentos dos Registros e Paióis, e para este lugar, e tendo eu estabelecido que o de Tapacorá de que é Mestre de Campo Alexandre Alves, de cinquenta Soldados, um Sargento e dois Cabos” e o de “Macacu Comandado pelo Capitão Ignacio da Veiga de outros cinquenta, um Sargento e um Cabo para este lugar”,

⁴¹ Carta do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao Ajudante de Ordens Camilo Maria Tonelet. Canta Galo. 28 de dezembro de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790”. Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vols. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. (Ref. 01, 109, 122).

⁴²Cristiane Figueiredo Pagano de Mello, “*Deserções e privilégios: a guerra ao sul da América*”, *Revista Mosaico* 7, no. 2 (2014): 151.

Vinicius Maia Cardoso

O problema vivido por Coimbra era que esses soldados deveriam ter sido substituídos por outros no serviço, sendo a troca feita de mês a mês para os de Tapacorá e de dois em dois meses para os de Macacu. Segundo Coimbra, no Terço de Tapacorá, “há alguns miseráveis soldados que no fim deste [mês] completam três [meses] sem vir quem os mude”. Referindo-se ao Terço de Macacu, “e aos de dois completam no fim deste quatro, da mesma forma vindo todos desarmados contra o estabelecido”. A respeito desses recrutamentos de homens para as tropas Auxiliares nos Sertões do Macacu, já em um ofício bem anterior, de 28 de agosto de 1784, que o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa encaminhara ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, o problema de se obter homens para as tropas se associava ao risco de desabastecimento nos gêneros alimentícios:

para se vedarem os extravios, o mesmo, que mandei executar pelas Guardas Auxiliares nos Campos despovoados, e circunvizinhos aqueles Sertões, só tem servido de prejuízo a esses povos, e de grandes despesa à Fazenda Real, porque sendo essas tropas compostas de Roceiros, que, abandonando as suas Casas e Famílias, passam obrigados àqueles Sítios, sem algum soldo mais que o fornecimento de farinha, porque são municados, não só deixam de trabalhar na cultura dos terrenos, que possuem, perdendo por isso as utilidades, que poderiam adquirir, mas também vem por consequência a diminuir, para a subsistência destes povos, os mantimentos da primeira necessidade, que fazem uma notável falta, em razão dos muitos embaraços, que sempre há, para os mesmos Roceiros se ocuparem livremente no indispensável trabalho de suas lavouras.⁴³

Segundo Cristiane Figueiredo Pagano de Mello, como estratégias de resistência, as populações coloniais usaram de meios como “a fuga para os “Mattos” ou “Certoens.”⁴⁴ Em nosso caso, a resistência era justamente contrária: o negócio era fugir

⁴³ Ofício do vice rei do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Sousa, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre as extrações de ouro nas minas próximas as cachoeiras de Macacu, distrito do Rio de Janeiro, as tentativas frustradas para se evitar o descaminho do ouro, a falta de militares para patrulhar aquela área, e a existência de um bando armado e chefiado por Manuel Henriques, vulgarmente chamado de mão de luva, que consegue se manter naquela região e explorando aquela riqueza sem nenhum controle fiscal, legal ou régio. Anexo: ofícios (cópias). AHU-Rio de Janeiro, cx.134, doc. 10. AHU_ACL_CU_017, Cx. 123, D. 9969.

⁴⁴ Mello, *Deserções e privilégios*, 151.

“Ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui”

dos sertões e não para dentro deles! Retornando à carta do tenente-coronel Soares Coimbra para o ajudante de ordens Tonelet, aquele registrou que os homens evitavam os recrutamentos

procurando todos os pretextos quais podem lembrar para ocultar e desculpar os seus validos por qualquer forma, ora fazendo-os nessa Cidade, e em outras partes, ora pondo-os por doentes e por fim ocultos por temor de virem para este lugar, porque aqui trabalham muito, morrem de fome...⁴⁵

Sendo homens obrigados ao serviço em lugares inóspitos como os Sertões do Macacu, eram comuns brigas, desavenças, deserções e a disciplina era buscada com violência com os Auxiliares, “sendo tais as desordens, e falta de regularidade que se fazem nesses corpos como V. M. verá da Cópia dos Capítulos de duas cartas que o Capitão mor me escreveu (...) e afirmo a V. M. que aqui não se tem dado pancadas em Auxiliar algum”. Contudo, não parece ter sido bem assim, como informou o próprio tenente-coronel: “Só me consta que o Tenente José Faustino dera umas cipoadas em um Auxiliar por ter a liberdade de lhe oferecer mandar uma vaca se ele se interessasse para eu o mandar embora...” Essas violências físicas com os Auxiliares aparecem em outras cartas que integram o conjunto de fontes da “Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu”. O Mestre de Campo do já citado Terço de Tapacorá, Alexandre Alvez Duarte e Azevedo, escreveu em uma carta datada de 4 de novembro de 1786, ao tenente-coronel Soares Coimbra que “como a maior parte dos Auxiliares são despedidos de brio e capricho e só os intimida algum castigo, e outros nem a isso entendem...”⁴⁶ No início da carta, é possível, supor a origem, para esses

⁴⁵ Carta do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao Ajudante de Ordens Camilo Maria Tonelet. Carta Galo. 28 de dezembro de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790”. Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vols. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. (Ref. 01, 109, 122).

⁴⁶ Cópia de carta do Mestre de Campo Alexandre Alvez de Azevedo ao tenente-coronel Manoel Soares Coimbra. Itaboraí. 4 de novembro de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790”. Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vols. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. (Ref. 01, 87, 81).

Vinicius Maia Cardoso

desentendimentos e violências na busca de conter os Auxiliares. Sobre eles recaía uma série de determinações para o cumprimento de seus impostos recrutamentos:

Logo que recebi a ordem de V. M. para remeter trinta homens, vinte enxadas, oito machados, duas foices e alguns facões ordenei aos Comandantes das Companhias arbitrando-lhe o número dos Soldados e ferramentas que cada um havia de aprontar indo todos municidados com sustento para um mês (...) e que estes se ajuntassem em dia prefixo na Fazenda do Capitão Francisco Xavier para o Alferes João de Abreu no tal dia lhe passar revista e conduzir (...) No dia determinado para a partida se achou o dito Alferes na dita paragem com uma grande falta de que me dei parte. Ordenei-lhe que no dia seguinte partisse com os que estivessem prontos e os que faltavam eu avisava aos Comandantes das Companhias para os remeter e entregar ao dito Alferes João de Abreu...⁴⁷

Mas os problemas não acabaram por aí. Os Terços de Auxiliares eram divididos em companhias. Uma integrante do Terço citado era a “Companhia de Almeida” e esta havia enviado dois homens para esse serviço como soldados. Sucedeu que “entregues a um que ia por Cabo e chegaram estes até a Fazenda que foi do Colégio e daí voltarem para a Cidade, e que foram sentar praça de pagos, ou por outros e foi preciso aprontarem-se outros dois Soldados em lugar dos tais fugidos.”⁴⁸

Esse recrutamento de trinta homens totalmente equipados com ferramentas e armas havia já sido objeto de outra carta, anterior, escrita em setembro de 1786 pelo tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao mestre de campo Alexandre Alves. O objetivo ao se solicitar Auxiliares para atividades militares, posto que deveriam vir

⁴⁷ Cópia de carta do Mestre de Campo Alexandre Alvez de Azevedo ao tenente-coronel Manoel Soares Coimbra. Itaboraí. 4 de novembro de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790”. Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vols. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. (Ref. 01, 87, 81).

⁴⁸ Cópia de carta do Mestre de Campo Alexandre Alvez de Azevedo ao tenente-coronel Manoel Soares Coimbra. Itaboraí. 4 de novembro de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790”. Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vols. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. (Ref. 01, 87, 81).

“Ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui”

armados, se somava ao de melhorar a estrada de acesso aos Sertões do Macacu para a passagem de tropas de muares trazendo mantimentos. Escreveu Coimbra:

Como o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Vice Rei é servido que entrem Bestas com cargas para este Sertão afim de beneficiar os Escravos dos moradores de Macacu, e seus Subúrbios, e o caminho se acha em parte precisando do mesmo benefício que lhe fiz e fiz fazer do Paiol da Cachoeira até quase o Rio Grande tendo trabalhado nele até aquele lugar e em todo até este [Registro] em que me acho os miseráveis Auxiliares do Terço da Vila [de Macacu], deve agora este resto pertencer aos do Terço de V. S^a para o que queira V. S^a mandar-me um Alferes (...) e um Sargento (...) e trinta Soldados bons mateiros e trabalhadores de Enxada e Machados, advertindo que vinte devem trazer Enxadas boas, oito Machados, e dois Foices, sendo esta ferramenta da melhor que se deve pedir aos Moradores a proporção das que tiverem com a qual se recolherão quando se conclua este Serviço fazendo Relação das Pessoas a quem pertencem para se lhes entregar na volta sendo o mesmo oficial obrigado a examina-la antes que saia a esta diligência a ver se toda está capaz de se servir dela. (...) espero a boa escolha desta gente, afim de que não se experimente falta alguma, visitando-os um por um e para que também levem facões e que saiam para este serviço com a brevidade possível porque assim o permite a ocasião.⁴⁹

A carta nos apresenta outro aspecto que contribui para o agravamento dos conflitos em dois pontos: no primeiro, que os escravos pertencentes aos moradores eram requisitados para servirem em várias atividades nos Sertões do Macacu, e embora não se aprofunde a discussão sobre este motivador de não poucos conflitos, vale ao menos demarcar a sua periculosidade no que se refere à sua potencial capacidade de gerar revoltas. O uso de canoas foi, além dos animais de carga, recurso para transporte de gêneros para o interior do sertão. Para movimentar as canoas, se precisava de um “patrão”, uma espécie de chefe dos remeiros, ou seja, os que deveriam remar e conduzir as canoas. À solicitação de escravos para esse serviço nos Sertões do Macacu, a resposta da tenente-coronel Soares Coimbra ao vice-rei foi que...

⁴⁹ Cópia de Carta do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao mestre de campo Alexandre Alves de Azevedo. Minas Novas do Canto Galo. 21 de setembro de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790”. Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vols. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. (Ref. 01, 89, 94).

será muito difícil acharem-se negros para este serviço como se experimenta agora, que dando aqueles moradores as suas Canoas para as conduções repugnam em dar os Escravos Remeiros pela falta que lhe fazem para o trabalho das suas lavouras, querendo mais bem servir com as Canoas de graça do que com os escravos por utilidade.⁵⁰

O outro ponto é o de que se eram necessários melhorar as estradas para passagem de animais de carga para aliviar os moradores da cessão de seus escravos, e os moradores estavam sendo recrutados para realizarem esse melhoramento, não fariam eles serviços braçais de escravos? Como já foi observado, muitos Auxiliares eram homens mulatos, negros libertos ou brancos pobres, a realização desses trabalhos não os “reduziria” à condição de “trabalho feito por escravos”? Segundo Roberto Guedes,

Em sociedades com traços estamentais, profundamente hierarquizadas, social e juridicamente, signos de deferência, acesso a cargos, costumes, direitos, privilégios, honrarias, isenções fiscais, exclusivismos, etc. expressam, ao mesmo tempo em que definem, a posição de grupos sociais, onde, desde épocas medievais, o trabalho seria atributo de não nobres. Na sociedade portuguesa moderna, não obstante gradações no interior de cada estamento, havia uma distinção básica entre peões e pessoas de mor qualidade. (...) O trabalho, sobretudo o manual, podia ser encarado de forma pejorativa, inviabilizando o acesso a formas de distinção social. Para a colônia brasileira, há quem destaque que foi mantida uma consideração negativa frente ao trabalho manual, decorrente do *defeito mecânico*.⁵¹

As distinções sociais eram vividas nos Sertões do Macacu entre homens livres, libertos, mulatos, indígenas e escravos. Homens das tropas pagas e de auxiliares, estas últimas formadas por indivíduos recolhidos à força e pertencentes aos estratos sociais mais baixos. Se na carta do tenente-coronel Soares Coimbra, este desfiou as contas de

⁵⁰ Carta do Tenente Coronel Manoel Soares Coimbra ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos Sousa. Minas Novas do Cantagalo. 117 de dezembro de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790. 5 vols. (1338 p.), Cópia. Localização: Manuscritos - 09,03,017-021. (Ref. 1,96,106).

⁵¹ Roberto Guedes, “Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (Sécs. XVII-XIX)” *TOPOI* 7, no. 13 (2006): 379-423.

“Ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui”

seu rosário de dores, em outra anterior, de 18 de novembro de 1786, não enviada ao ajudante de ordens Tonelet, mas ao vice-rei, apresentou argumentos similares aos do mestre de campo Alexandre de Azevedo: “E depois de tratar com um numero tão avultado de homens de tão péssima qualidade como são mulatos negros todos violentados no Serviço como se poderiam nunca satisfazer ou que outro nome mereceria eu entre eles que não fosse o de tirano, e malévolo...”⁵²

Ao reclamar ao ajudante de ordens do vice-rei sobre os que visavam fugir do serviço militar nos Sertões do Macacu, o tenente-coronel Soares Coimbra expôs em sua carta que os homens “utilizavam todos os pretextos quais podem lembrar para ocultar e desculpar os seus validos por qualquer forma”. Desculpas que para ele não passavam de “frívolos pretextos que buscam para ocultarem os seus favorecidos...”⁵³ Essa situação dos “validos” se refere a pessoas que possuíam quem os protegia ou aqueles que se favoreciam da dispensa do serviço militar, já que acabava-se “deixando alvo do recrutamento somente aqueles que não dispunham de redes clientelares.”⁵⁴ Sendo assim, a indicação da presença dessas estratégias, colabora para também se “compreender o espaço “político” em que a multidão podia agir e negociar com as autoridades...”⁵⁵ Coimbra, ao comentar sobre as manobras utilizadas para a evasão do serviço militar, argumenta que “o bom credito de um Oficial depende da retidão dos seus Auxiliares os quais seguem aos olhos fechados as suas paixões estimando ter semelhantes ocasiões para carregarem contra os contrários e favorecem os que são afilhados por qualquer meio.” Além desse aspecto, de se burlar o definido pelas leis através de favorecimentos

⁵² Carta do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Carta Galo. 19 de novembro de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790”. Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vols. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. (Ref. 01, 78, 86).

⁵³ Carta do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao Ajudante de Ordens Camilo Maria Tonelet. Carta Galo. 28 de dezembro de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790”. Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vols. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. (Ref. 01, 109, 122).

⁵⁴ Gomes, *As milícias D’El Rey*, 66.

⁵⁵ Thompson, *Costumes em Comum*, 204.

Vinicius Maia Cardoso

personais, embora Coimbra não tenha deixado de mencionar o apadrinhamento de seu futuro filho por parte do ajudante de ordens Tonelet, os sertões também foram espaço favorável para atividades consideradas ilegais, como a dos militares fazerem comércio. Embora uma consulta do Conselho Ultramarino, de 08 de janeiro 1722⁵⁶, estabelecesse a proibição aos militares de fazer comércio, um Alvará de 23 de março de 1724⁵⁷ o permitiu aos oficiais de ordenança pelo fato de não receberem soldo.⁵⁸ Na sua carta, Soares Coimbra comunicou que “ao reverendo Padre Francisco que aqui esteve perguntaram nessa cidade / por me quererem aniquilar / se eu ainda conservava a taverna nesse lugar e se era certo que o Capitão Joaquim, o Índio, me tinha dado um canudo de ouro e várias pedras preciosas.”⁵⁹

Essa realização por militares nos Sertões de atividades comerciais ilícitas, na carta do tenente José Faustino de Abreu Lima tem exemplo ímpar. Este tenente encaminhou ao vice-rei denúncias a respeito da conduta do seu comandante, o capitão Francisco José Vieira, após estes terem tido um desentendimento pessoal e o capitão ter mandado prender o tenente. O capitão Francisco José Vieira, vale frisar, havia substituído interinamente o tenente-coronel Manoel Soares Coimbra no comando das tropas dos Sertões do Macacu, conforme carta do vice-rei de 19 de abril de 1787.⁶⁰ No

⁵⁶ Carta do Conselho referindo-se ao Alvará de Vossa Majestade que proíbe todo o gênero de comércio ao vice-rei, governadores, ministros, oficiais de justiça, fazenda, cabos e oficiais de guerra que tiverem patente de capitão para cima, 8 de janeiro de 1722. In: *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, volume XCIX, doc. 130, pp. 181-182 Apud: Gomes, *As milícias D'El Rey*, 220.

⁵⁷ Alvará sobre a lei da Proibição do comércio não compreender a oficiais da ordenança, 13 de janeiro de 1724. Livro de registro das cartas de alvará, cartas, ordens régias e cartas do governador ao rei (1721-1731). In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, No. XX (1979): 180-181 Apud: Gomes, *As milícias D'El Rey*, 220.

⁵⁸ Gomes, *As milícias D'El Rey*, 220.

⁵⁹ Carta do tenente-coronel Manoel Soares Coimbra ao Ajudante de Ordens Camilo Maria Tonelet. Carta Galo. 28 de dezembro de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790”. Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vols. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. (Ref. 01, 107, 122).

⁶⁰ Carta do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa ao capitão Francisco José Vieira. Rio de Janeiro. 19 de abril de 1787. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790”. Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vols. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. (Ref. 02, 3997, 196).

conjunto das denúncias, temos: que o capitão trouxera de lugar distante para dentro do arraial de Cantagalo, as bestas do rei e o seu próprio gado para destruírem as roças de mandioca, feijão e milho; os produtos de colheita se lançavam no seu quintal para suas vacas de leite; seus escravos pegavam milho das roças do rei para sustentar os seus porcos; havendo uma casa feita para guardar as colheitas das roças do rei, ele os guardava na sua casa e seus escravos vendiam esses produtos; fazia empréstimos dos mantimentos enviados pelo rei a ponto de faltar carne para a tropa, que se alimentara somente de farinha e feijão e vendia feijão das roças do rei aos soldados e Auxiliares.⁶¹

Em sua carta a Tonelet, Coimbra defendeu-se escrevendo que “eu nunca fiz outros negócios mais que servir a Sua Majestade”. Após declarar sua fidelidade ao monarca e ao vice-rei, concluiu: “não se me dá que haja ouro porque o não pretendo nem pedras, pois o Soldo que me dá Sua Majestade é muito bastante para minha sustentação e da minha família, que sempre cuidei vivesse com honra”. Se Coimbra disse ou não a verdade, não o saberemos, mas que os conflitos e negociações surgidos dos atos de corrupção confrontando ou aproximando os homens que viveram o cotidiano dos Sertões do Macacu, não nos seria possível tacitamente afirmar que não tivessem ocorrido. Em carta de 20 de abril de 1787, o vice-rei deu ordem para que o tenente-coronel Manoel Soares Coimbra, com cerca de 51 anos, voltasse para o Rio e deixasse o comando nos Sertões do Macacu. Por estar próxima a chegada do superintendente das minas de Macacu, seus serviços já não seriam mais necessários. Poderia levar o filho, um alferes, também de nome Manoel Soares Coimbra e que também servira nos Sertões.⁶²

⁶¹ Carta do Tenente José Faustino de Abreu Lima ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Canta Galo. 02 de novembro de 1787. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790”. Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vols. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. (Ref. 02, 367, 146).

⁶² Carta do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa ao tenente-coronel Manoel Soares Coimbra. Rio de Janeiro. 20 de abril de 1787. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786

Vinicius Maia Cardoso

Numa carta datada de 8 de dezembro de 1787, o ajudante de ordens do vice-rei, Camilo Maria Tonelet, o mesmo a quem o tenente-coronel Manoel Soares Coimbra havia enviado a carta que serviu de fio condutor ao presente artigo, comunicou ao capitão Francisco José Vieira que “Por Ordem do mesmo Sr.[o vice-rei] mandará V. M. soltar ao Tenente José Faustino no dia dezessete dos felizes anos de Sua Majestade...” E em tom severo concluiu o trecho: “fique V. M. persuadido o maior desejo de Sua Excia. é que cada um cuidando verdadeiramente nas suas respectivas obrigações se interesse também quanto lhe for possível em concorrer para a boa harmonia sem qual tudo são desordens muito prejudiciais ao serviço de Sua Majestade.⁶³ Por sua vez, esse serviço ao rei se sustentava na manutenção de uma dada economia moral tendo por centro a harmonia social onde...

a ordem nesse Antigo Regime católico e escolástico era sustentada por uma disciplina social onde a obediência era amorosa, portanto, consentida e voluntária. (...) apesar das diferenças dos costumes locais, dando-lhes, na falta de uma melhor expressão, uma uniformidade social. Em outras palavras, tal disciplina social, difundida pelo catolicismo, possibilitava que a subordinação às autoridades e, especialmente à Sua Majestade, se confundisse com o amor a Deus.⁶⁴

Ao solicitar sua dispensa do serviço nos Sertões do Macacu, o padre frei Joaquim de Sant’Ana Silva apresentou seus argumentos em carta ao vice-rei de dezembro de 1786, que

devemos servir a Majestade sem repugnância, que Deus favorece ao obediente nenhum obstáculo se me oferecia que a glória de obedecer não o desvanecesse logo: e por isso – assim o creio – passando por todos aqueles incômodos de que se não podem dispensar os que penetram um Sertão tão dilatado que só bem os

– 1790”. Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vols. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. (Ref. 02, 401, 198).

⁶³ Carta de Camilo Maria Tonelet ao capitão comandante Francisco José Vieira. Sala. 08 de dezembro de 1787. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790”. Manuscritos - 09,03,017-021. 5 vols. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. (Ref. 02, 431, 250).

⁶⁴ João Fragoso e Nuno Gonçalo Monteiro (orgs), *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017), 66.

“Ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui”

podia dizer quem experimentalmente os sentiu, cheguei a este lugar encarregado de dar todos os instantes graças a Deus pelo benefício que da sua mão liberal recebem todos em tão perigosa jornada.⁶⁵

Através de sua carta mais acima mencionada, o tenente Faustino, a estratégia de utilizar o ‘espaço “político” em que a multidão podia agir e negociar com as autoridades,’⁶⁶ io que fez visando sua soltura, havia surtido efeito. A estratégia do padre frei Joaquim, possivelmente, também.

O presente artigo se integra aos esforços de pesquisa visando elaboração de tese de doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, no Brasil. Com a pesquisa ainda em andamento, foi possível aqui apresentar alguns resultados parciais, demonstrando que os Sertões do Macacu foram palco de redes de relações sociais onde conflitos entre agentes sociais distintos buscaram ser, se não plenamente erradicados, aos menos amenizados, na busca da contenção de possíveis revoltas. O uso dos espaços políticos possíveis de negociação com as autoridades foi apropriado pelos agentes sociais presentes nos Sertões do Macacu, buscando-se e possivelmente alcançando-se uma relativa “harmonia” em nome da ordem e dos costumes expressos no serviço ao rei e a Deus.

⁶⁵ Carta do Pe. Frei Joaquim de Santa Anna Silva ao vice-rei Luis de Vasconcelos e Sousa. Cantagalo. 12 de dezembro de 1786. Correspondência e documentos relativos às novas minas de Macacu, do Rio de Janeiro, de que era superintendente geral Manuel Pinto da Cunha e Souza. Rio de Janeiro: [s.n.], 1786 - 1790”. Manuscritos - 09,03, 017-021. 5 vols. (1338 p.): Cópia”. Seção de Manuscritos. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Brasil. (Ref. 01, 106, 119).

⁶⁶ Thompson, *Costumes em comum*, 204.

REFERENCIAS

- Amantino, Marcia. *O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – Século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2008.
- Bicalho, Maria Fernanda. “Gobernadores y virreyes en el Estado de Brasil: ¿Dibujo de una Corte virreinal?” In: Cardim, Pedro; Palos, Joan-Lluis (eds). *El mundo de los virreyes en las monarquias de España y Portugal*. Madrid: Iberoamericana, 2012.
- Bluteau, Rafael, padre. *Vocabulário Portuguez & Latino*. Volume 7, 1728, p.613. Disponível em <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/ser%C3%A3o>> Acesso em 29.05.2016.
- Carvalho, Sebastião Antônio Bastos de. *A Odisseia de Mão de Luva na Região Serrana Fluminense*. [1991] 2ª ed. Nova Friburgo: Centro de Estudos e Pesquisas Euclides da Cunha – CEPEC, 2013.
- Conceição, Adriana Angelita da. “Sentir, escrever e governar. A prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º marques do Lavradio (1768 – 1779)”. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2011.
- Fonseca, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas D’El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- Fragoso, João, Guedes, Roberto e Jrause, Thiago. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna. Monarquia pluricontinental e Antigo Regime*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- Fragoso, João e Monteiro, Nuno Gonçalo (orgs). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico: comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

“Ainda não estive em parte alguma mais violento que aqui”

Gomes, José Eudes Arrais Barroso. *As milícias D'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista. Dissertação de mestrado*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

Guedes, Riberto. “Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (Sécs. XVII-XIX)”. *Topoi* 7, no. 13 (2006): 379-423.

Mello, Cristiane Figueiredo Pagano de. “Deserções e privilégios: a guerra ao sul da América”. *Revista Mosaico* 7, no. 2 (2014): 149-156.

Silva, Antônio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Volume 2. 1789. Disponível em <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/ser%C3%A3o>> Acesso em 29.05.2016.

Thompson, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.